

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA BAHIA

A Política de Desenvolvimento Territorial é uma estratégia que objetiva a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado, contribuindo com a redução das desigualdades sociais, consolidando uma gestão pública democrática e participativa, com respaldo Lei Estadual nº 13.214 de 29/12/2014.

Território de Identidade é a unidade de planejamento do Estado da Bahia. São 27 territórios constituídos por agrupamentos identitários de municípios, formados por critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído, ao qual pertencem.

A Governança Territorial e Participativa se dá por meio de algumas institucionalidades, sendo as principais:

O Cedeter - Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - rege a Política;

O CAPP - Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual - PPA, instância do Cedeter;

Os Codeter - Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - um em cada Território de Identidade;

Os Consórcios Públicos Municipais - fomentados e orientados pela Seplan - servem aos territórios;

Os PTDS - Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - elaborados pelos Codeter;

A Escuta Social Territorial - consiste em oitivas da sociedade, conduzidas pela Seplan, nas quais se reúnem, nos Colegiados Territoriais, as representações dos segmentos sociais e econômicos, públicos e privados, a fim de definir as necessidades de cada um dos 27 Territórios de Identidade, visando subsidiar a elaboração do PPA.





PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDI BAHIA 2035

O Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035 busca uma estratégia articulada de longo prazo, apontando potenciais vetores de desenvolvimento sustentável, guiando a ação do Estado para a visão de futuro que se deseja para Bahia definida em diretrizes e macro objetivos.

O PDI Bahia 2035 busca assegurar o desenvolvimento da base produtiva, fortalecendo a inserção da economia baiana em cadeias regionais e globais garantindo a inclusão social, o trabalho decente, a sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades regionais, por meio do fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação.

O Plano se integra aos demais instrumentos de planejamento de médio e curto prazo, porquanto norteará a elaboração dos próximos quatro Planos Plurianuais (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) correspondentes, bem como os planos setoriais, territoriais e os planos estratégicos organizacionais.



PPA 2020-2023

O PPA é um instrumento de planejamento de governo que destaca programas, indicadores, compromissos, metas e iniciativas para o alcance dos objetivos programados para as políticas públicas no período de quatro anos.

O PPA 2020-2023 inova por ser um instrumento receptor das demais iniciativas de planejamento do Estado. Desse modo, a integração do PPA, LDO e LOA encontra-se ancorada no Programa de Governo Participativo (PGP), nas escutas sociais, no PDI e no Plano Estratégico Organizacional (PEO) das Secretarias de Estado.

Para este Plano destacamos como diretrizes norteadoras:

Fortalecimento da gestão e da governança das políticas públicas;

Fortalecimento da dimensão estratégica, determinando o alinhamento com o Planejamento Estratégico de longo prazo do Estado, promovendo a integração com os Planos Estratégicos Organizacionais setoriais;

Consolidação da dimensão territorial, mantendo a regionalização baseada nos Territórios de Identidade;

Participação social nas etapas de formulação, execução e monitoramento.



INTEGRAÇÃO E AVANÇOS NO CICLO DE PLANEJAMENTO

O ciclo de Planejamento da Bahia é viabilizado pelo Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPEGE) um modelo organizacional adotado pelo Estado, cuja finalidade é prover a governança para o desenvolvimento dos processos de planejamento, lastreado numa concepção que propicia o aprimoramento e a integração dos diferentes atores da Administração e da Sociedade, num ciclo dinâmico e contínuo de gestão que gerou diversos avanços para o Planejamento, com destaque para:

Elaboração de Compromissos, Iniciativas e Metas do PPA a partir do alinhamento e integração dos instrumentos PDI, PGP e PEOs;

Elaboração de Indicadores de Programa com consistência e aderência aos Programas;

Aperfeiçoamento dos componentes do PPA trazendo mais objetividade e capacidade de gestão às Metas quadrienais estabelecidas nos Compromissos de Programa;

Aprimoramento do processo de Participação Social.